



EDITORIAL

Valdir Júnio dos Santos
Editor

É com grande satisfação que apresento o número 73 do periódico *Petróleo, Royalties e Região* vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes (UCAM). Nosso periódico tem como foco editorial a publicação de pesquisas originais, teóricas ou empíricas, que atualizam temas de interesse alinhados aos campos de planejamento, demografia e desenvolvimento regional, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, dinâmicas portuárias, políticas públicas, questões urbanas e rurais dentro de uma visão multidisciplinar.

O presente número reúne artigos fruto de diálogos travados no Seminário “Desafios do Urbanismo: direito e gestão da cidade”, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ) da 12ª Subseção. Para o refinamento analítico dos desafios do urbanismo, o evento foi estruturado em três painéis. O primeiro concentrou o debate na questão do planejamento urbano e a democracia analisando o Plano Diretor como instrumento de cidadania vinculado à necessidade de participação popular na gestão da cidade. O segundo painel focou na análise sobre a temática do saneamento básico e resíduos sólidos apresentando o saneamento básico em Campos dos Goytacazes; também foi desenvolvida uma fala a respeito da logística reversa e economia circular no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O último dos painéis evidenciou a problematização da ocupação urbana e a proteção dos ecossistemas como elemento-chave para se pensar o desenvolvimento urbano, assim como os conflitos fundiários.

O primeiro artigo intitulado “Aplicabilidade e delimitação de área de preservação permanente em cursos d’água artificiais: O Julgamento da ADPF 748 no Supremo Tribunal Federal”, escrito por Jeferson Nogueira Fernandes, se insere no campo do conhecimento a respeito da necessidade do debate jurídico/social da delimitação de áreas de preservação permanente em cursos d’água artificiais. O autor expõe, de modo analítico, uma pesquisa refinada no âmbito do debate jurídico-regulatório indicando



orientações e diretrizes para a delimitação adequada das áreas de preservação em diferentes escalas normativas.

Em seguida, apresentamos o artigo “A logística reversa e o acordo setorial na federação ecológica”, trabalho desenvolvido por Flávio Ahmed e José-Ricardo Pereira Lira, tendo como objetivo central analisar a eficácia de acordos setoriais afixados por entes da federação com o setor privado alinhados à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Para sedimentar tal estudo, os autores produziram exame das leis e regulamentos editados por entes da federação não signatários, utilizando como instrumento analítico as metas instituídas para as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ao final concebem, em suas análises, premissas que deixam clara a importância da produção de consensualidades entre o poder público e o setor empresarial para a efetividade da PNRS.

O terceiro artigo “Cidades em disputa e os desafios da Regularização Fundiária Urbana”, elaborado por Dhionathan Oliveira dos Santos e Ana Paula Serpa Nogueira, busca explorar as contradições e disputas presentes na produção do espaço urbano com foco nos marcos legais que sedimentaram a Lei de Regularização Fundiária Urbana (REURB – Lei 13.465/2017). Os autores chamam a atenção para o debate necessário e urgente de se pensar a política urbana sob o prisma da horizontalidade temática levando em conta as melhorias relacionadas ao saneamento básico, à mobilidade, à saúde e à educação como elementos necessários para o processo de sedimentação do direito à cidade.

O quarto artigo “*Crowdlaw*: ampliando a participação popular na gestão da cidade”, escrito por Rodrigo Anido Lira e Rafael Crespo Maciel Machado, apresenta novos mecanismos de participação e deliberação popular articulados às novas tecnologias para dinamizar a qualidade e a efetividade na construção de leis e políticas públicas de modo cooperativo e participativo entre representantes e representados na gestão da cidade. Os autores utilizam o aplicativo LegisAqui, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), como fonte de análise destacando os pressupostos da ressignificação dos mecanismos da participação política.

Dando sequência, mencionamos a resenha do livro *Accountability e democracia local: entendendo os conselhos municipais*, de autoria do professor Rodrigo Anido Lira e resenhado por Petter Curty de Almeida e Suély Gomes da Silva, os quais destacam a



importância da obra para pensar, de modo crítico, os contextos de participação social e democracia local salientando a importância dos conselhos municipais.

Por fim, agradecemos o interesse dos leitores em nosso periódico e nos artigos publicados. Esperamos continuar recebendo trabalhos instigantes, que retratem a multiplicidade temática envolvendo grandes campos do planejamento regional e urbano. Desse modo, desejamos que todos façam bom proveito da leitura dos textos apresentados neste número e permanecemos aguardando a submissão de artigos para as próximas edições. Boa leitura!